

Pinotti insiste: não está escondendo verbas.

O secretário estadual de Saúde, José Aristodemo Pinotti, negou ontem, mais uma vez, que o governo do Estado esteja retendo parte do pagamento devido aos hospitais particulares pelos serviços que prestam ao Suds (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde). Segundo ele, a Secretaria de Saúde está apenas deixando de pagar contas incorretas apresentadas e não aprovadas pelos Ersas. Pinotti admitiu o atraso nos pagamentos, disse que está "solidário" com os hospitais, mas reafirmou estar preparado para intervir caso se neguem a prestar atendimento médico.

Pinotti participou ontem do 1º Ciclo de Conferências para Optimizar a Municipalização da Saúde, e lembrou, diante de 40 pessoas, que hoje, só na Grande São Paulo, existe uma carência de seis a sete mil leitos hospitalares — o que precisa ser sanado a curto prazo. "A grande prioridade é oferecer bom atendimento médico à população carente e, dessa forma, estamos exigindo uma atuação muito séria dos hospitais particulares, no que diz respeito à qualidade de serviço. O que a rede pública pode oferecer estamos passando para Centros de Saúde e hospitais públicos. Por isso, muitos hospitais particulares estão descontentes", afirmou.

O secretário disse não acreditar que os hospitais conveniados deixem de atender aos segurados do Inamps. "Acho que eles têm um compromisso social com a comunidade. É péssimo que ainda exista atraso nos pagamentos — hoje bem menor do que antiga-mente —, mas o atraso não é nosso, é do Inamps", explicou. Para Pinotti, os hospitais que ameaçam fechar as portas são verdadeiras "arapucas", ambulatórios e hospitais que foram montados para faturar, vender serviços de péssima qualidade para a Previdência ou atendimentos que a rede pública pode fornecer.

"Evolução"

O assessor da secretaria Geral do Ministério da Previdência e Assistência Social, Murad Ibrahim Belaciano, disse ontem, em entrevista coletiva, que só há uma razão para a pressão dos hospitais paulistas: o avanço do Suds no Estado e o significado dessa evolução. Segundo ele, a implantação do sistema proibiu, por exemplo, acomodações especiais custeadas por recursos públicos, o que permitia a alguns hospitais cobrarem duas vezes pelo mesmo serviço.

Quanto à alegação dos hospitais de que recebem atrasado o pagamento de serviços prestados, até 90 dias depois, Belaciano argumentou que, no ato, sem nenhuma conferência das faturas, o governo libera 70% do total computado pelos hospitais. Ele garantiu que os 30% restantes aguardam o percurso de conferência de dados e liberação de recursos pelo Inamps, o que leva de 30 a 60 dias e "pode ser melhorado".